



O LIVRO DIDÁTICO DE MATEMÁTICA NA ERA VARGAS: A COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO E AS ARTICULAÇÕES DE PODER

Fernanda Schons

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da CAPES
fernanda.schons@estudante.uffs.edu.br

1. Introdução

O trabalho que apresento é constitutivo de minha pesquisa de Mestrado, a qual está em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Partindo do pressuposto de que as especificidades da abordagem matemática nos livros didáticos em diferentes períodos da História do Brasil constituem-se indicativos de aspectos que estabelecem conexões entre as dimensões dos processos educativos, compreendo que os livros didáticos de Matemática se mesclam à História da Educação, sobretudo à História da Educação Matemática, refletindo-a e testemunhando-a. À vista disso, este trabalho objetiva analisar e compreender as articulações entre poder e escolha dos livros didáticos de Matemática na Era Vargas.

A década de 1930 marca o início de uma nova fase na República Brasileira. Época de mudanças na legislação que buscavam construir uma fundamentação legal que daria sustentação às várias tentativas de se estruturar o campo educacional do Brasil (Saviani, 2004) e que se instituiu a primeira política pública voltada para a produção, importação e utilização do livro didático no Brasil (Bomény, 1984; Filgueiras, 2011; Munakata, 2012). Getúlio Vargas, logo após a Revolução de 1930, criou o Ministério da Educação e da Saúde Pública. Seguiram-se uma série de reformas e acontecimentos importantes e que impactaram o cenário educacional brasileiro, dentre as quais destacam-se: as reformas do Ministro Francisco Campos, em 1931 – que unificou em Matemática as até então fragmentadas disciplinas Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria; e a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema. É nesse contexto que se insere o problema em torno do qual se desenvolve esta investigação, qual seja: *De quais modos se articularam poder e escolha dos livros didáticos de Matemática na Era Vargas?*



2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa interdisciplinar (Denzin; Lincoln, 2006). No que se refere aos procedimentos metodológicos adotados, a investigação caracteriza-se bibliográfica, com revisão de literatura a fim de constituir um arcabouço teórico e elaboração de um quadro conceitual que envolve o objeto pesquisado (Gil, 2008). Em seguida, a análise documental (Lüdke; André, 1986) incidiu sobre o documento GCg 38.01.06, referente à sessão ordinária da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) de 14 de janeiro de 1941.

3. Resultados e discussão

A CNLD foi criada por Getúlio Vargas, também na gestão de Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde, pelo Decreto nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938 (Brasil, 1938), que estabelece as condições de produção, importação e utilização dos livros didáticos. Esse decreto instituiu um sistema de avaliação prévia dos livros. Assim, aqueles que não fossem autorizados pelo Ministério da Educação (MEC), não poderiam ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República, a partir de 1º de janeiro de 1940. A referida legislação estabelecia que não caberia aos poderes públicos a determinação da obrigatoriedade de adoção de determinado(s) livro(s), nem expressão qualquer de preferência entre os livros didáticos de uso autorizado (Brasil, 1938).

Entre as atribuições da CNLD, destacam-se: examinar os livros didáticos que lhe fossem apresentados e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso; estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos; indicar livros didáticos estrangeiros a serem traduzidos e editados pelos poderes públicos. A CNLD era composta inicialmente por sete membros. Em março de 1939 esse número passou para dezesseis e, em 1940, a lista final dos membros da CNLD era constituída por dezessete membros¹, designados pelo Presidente da República. O artigo 20 da CNLD (Brasil, 1938) enumera onze impedimentos à autorização relacionados à questão político-ideológica, contra apenas 5 de ordem didática expressos no artigo 21 (Bomény, 1984).

¹ (FGV/CPDOC – GCg 38.01.06).



Gustavo Capanema, por meio da Portaria n. 253, de 24 de dezembro de 1940 (Brasil, 1940), instituiu nove seções as quais passaram a compor a CNLD e nomeou seus membros. A seção de Matemática e Desenho estava representada por Euclides Roxo, professor do Colégio Pedro II, e por Waldemar Pereira Cotta, professor da Escola Militar. Cumpre ressaltar que Waldemar Pereira Cotta fora nomeado após pedido realizado por Capanema para que o então Ministro de Guerra, Eurico Gaspar Dutra lhe indicasse alguém do Exército para a missão de colaborar na Comissão Nacional do Livro Didático². O Decreto-Lei nº. 1.417, de 13 de julho de 1939 (Brasil, 1939) permitiu que os membros da CNLD solicitassesem autorização para o uso de livros de sua autoria. Assim, uma portaria de 1941 designou uma comissão especial para avaliação de livros escritos por membros da CNLD.

Para avaliar os livros correspondentes à Seção de Matemática e Desenho foram designados os professores Antônio Pereira Caldas, Roberto Peixoto e Arsílio Papini. Entretanto, em uma primeira versão da listagem dos membros dessas comissões especiais, encontrada no arquivo de Gustavo Capanema, estão os nomes de Cesar Dacorso Neto e Roberto Peixoto. Em carta datada de 21 de março de 1941, assinada por José Augusto de Lima, secretário da CNLD, enviada a Carlos Drummond de Andrade, então chefe de gabinete do Ministro da Educação e seu amigo Gustavo Capanema de 1934 a 1945, encontra-se referência a um pedido de Euclides Roxo que, embora tivesse indicado o nome de César Dacorso Neto como um dos avaliadores de uma das comissões especiais, pedia agora para substituí-lo pelo professor Antônio Pereira Caldas, do Instituto de Educação, alegando incompatibilidade entre César Dacorso Neto e o professor Melo e Souza, coautor de alguns de seus livros.

É inferível, desse modo, que o próprio Euclides Roxo indicou quem avaliaria os seus livros. Além disso, nessa ocasião, Euclides Roxo ocupava a presidência da CNLD³. Alguns anos antes, quando o Decreto nº 19.890 de 1931 (Brasil, 1931) instituiu o ensino da Matemática de forma unificada, Euclides Roxo era Diretor do Colégio Pedro II. O fato é que o livro de sua autoria, intitulado *Curso de Matemática*, ao lado do também *Curso*

² (FGV/CPDOC – GCg 38.01.06).

³ Euclides Roxo foi eleito presidente da CNLD, na sessão ordinária realizada em 14 de janeiro de 1941. (FGV/CPDOC – GCg 38.01.06).



de Matemática, de Cecil Thiré e Mello e Souza foram as obras que mais prontamente atenderam as determinações do referido Decreto.

No que diz respeito à seção de Matemática e Desenho, consta no documento⁴ analisado que, dos 203 (duzentos e três) livros de Matemática recebidos, 17 (dezessete) haviam sido avaliados. Desses, 07 (sete) foram escritos por membros da CNLD, sendo que 06 (seis) deles são de autoria de Euclides Roxo, quais sejam: *Curso de Matemática – 2º ano*, *Curso de Matemática – 3º ano*, *Curso de Matemática – 4º ano*, *Curso de Matemática – 5º ano*, *Exercícios de Matemática – 5ª série* e *Lições de Aritmética*, todos editados pela Livraria Francisco Alves, no Rio de Janeiro.

4. Considerações finais

O funcionamento da CNLD evidenciava um aparente favorecimento institucional, especialmente no caso da Seção de Matemática, onde os livros de Euclides Roxo dominaram a lista dos avaliados e autorizados. Os documentos do arquivo pessoal de Gustavo Capanema analisados reforçam a centralização e o controle político e ideológico sobre os conteúdos didáticos no período. Esse sistema centralizador, típico do projeto político autoritário do Estado Novo, pretendia garantir a unidade ideológica e pedagógica da educação nacional. Entretanto, os documentos históricos analisados revelam que, mais do que garantir qualidade e coerência curricular, a CNLD funcionou também como um espaço de manutenção de privilégios e favorecimento pessoal, especialmente notável na atuação de Euclides Roxo, então presidente da comissão e autor de diversos livros didáticos.

Assim, a CNLD, como símbolo de uma modernização conservadora, escancarou as contradições de um sistema que, ao mesmo tempo em que buscava centralizar e nacionalizar o ensino, perpetuava lógicas clientelistas, elitistas e autoritárias por meio de articulações de poder entre as esferas política, militar e educacional.

Referências

BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. **A política do livro didático**. São Paulo: Summus; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1984, p. 31-68.

⁴ FGV/CPDOC – GCg 38.01.06.



BRASIL. Decreto-Lei n. 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 277, 5 jan. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18 abr. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.417, de 13 de julho de 1939. Dispõe sobre o regime do livro didático. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jul. 1939. Seção 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1417-13-julho-1939-411311-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRASIL. Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 6.945, 1 maio 1931. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1931-04-18;19890>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. Portaria Ministerial nº 253, de 24 de dezembro de 1940. Instruções para o funcionamento da Comissão Nacional do Livro Didático. Diário Oficial da União, Brasília, DF, dez. 1940. Localizado no Arquivo Gustavo Capanema, do CPDOC/FGV, GCg 38.01.06, pasta 3.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa:** Teorias e Abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil: (1938-1984).** 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições.** v. 23, n. 3, p. 51-66, set./dez. 2012.

Fonte

FGV/CPDOC. **Documento GCg 38.01.06 – Sessão ordinária da CNLD de 14 de janeiro de 1941.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de Mestrado.